

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL PÓS REFORMA DO ESTADO DE 1995

FIELD OF EDUCATION AND SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONTEXT NEO-LIBERAL POST 1995 STATE REFORM

Rodrigo Evaristo PRESTES¹

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre os conceitos da Educação do Campo na perspectiva dos Movimentos Sociais, principalmente das políticas e práticas educacionais vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O arcabouço teórico e metodológico compreendeu o levantamento bibliográfico e a análise de obras de pesquisadores que discutem a Educação do Campo, dentro de um recorte histórico a partir da Reforma de Estado de 1995. Como resultado, observou-se uma “adaptação” dessa modalidade de ensino e de suas práticas educativas e sociais dentro do contexto neoliberal que se estabeleceu no mundo globalizado a partir dos anos de 1990. Concluiu-se que as novas demandas do capital estrangeiro influenciaram na educação do campo dentro dos movimentos sociais em relação à nova realidade econômica globalizada que se apresentava.

PALAVRAS CHAVE: Educação do campo. Neoliberal. Reforma do Estado.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a partir da influência dos Movimentos Sociais do Campo, tem-se discutido os direitos dos sujeitos do campo, e um deles é o acesso a uma educação de qualidade, uma educação que valorize sua identidade, o meio em que vivem e todos os seus interesses. Segundo o MST (1996), por se tratar de um povo que mora e trabalha no campo são necessárias propostas educacionais que valorizem a sua cultura e o seu modo de vida de uma forma específica. Castanho (2010) nos traz a luz que o debate acerca da especificidade dessa educação se acirrou muito no meio acadêmico com o advento da globalização e os efeitos dessa nova ordem mundial econômica refletem em todos os setores da sociedade, inclusive (ou diriam outros autores: principalmente) na educação.

Contudo, as políticas de educação do campo no Brasil, segundo autores(as) como Clarice Aparecida dos Santos (2012, p. 35) precisam debater essas especificidades, pois o campo “vem sendo pressionado a adequar-se para atender as demandas do capital internacional cada vez mais universais e homogeneizadoras”. Segundo a autora, a educação no campo não pode ser: “aquela que absolutiza os particularismos” mas sim que: “o particular entre para o universal e assim sendo, o universal torne-se mais universal”.

¹ Pedagogo formado na UNICENTRO em 2013. Mestrando em Educação pela UNICENTRO. Endereço eletrônico: rodrigoevaristoprestes@hotmail.com

Nesse sentido, algumas concepções como a Globalização, o Neoliberalismo, a Modernização e Modernidade, vêm se constituindo no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil, como evidências axiomáticas, ou seja, verdades inquestionáveis, que são ditas e repetidas sem qualquer critério ou entendimento de seu significado. (LEHER, 2004).

Pelo fato de estar distante dos grandes centros urbanos e pelo trabalho braçal que os camponeses realizam, o Estado brasileiro e a sociedade como um todo não consideravam necessária uma educação formal para os trabalhadores rurais. (IANNI, 1994). O Brasil tem uma elite agrária rançosa que ainda possui resquícios característicos da “Revolução Burguesa no Brasil”. (FERNANDES, 1975). Nesse contexto, as classes dominantes utilizam-se de princípios modernos/atrasados oligárquicos de dominação e exploração do proletariado com a mais valia absoluta e a precarização do trabalho do camponês. Para essa elite, o simples fato de o agricultor saber ler e escrever já era o suficiente, como destaca também o autor Gilberto Luiz Alves (2009, p. 40): “[...] em geral, o trabalho nas comunidades rurais é, em grande parte, precarizado e as funções desempenhadas pelos trabalhadores são quase sempre simples, demandando baixa escolaridade e mínimo treinamento”.

Contudo, o que a nova elite brasileira oligárquica/arcaica vem assumindo é um novo papel, o de se “enquadrar” aos princípios do capital internacional no sentido de “adequar” o país ao que Florestan Fernandez (1975) chama de “dupla articulação” socioeconômica que caracteriza a estrutura da sociedade brasileira: interna e externa. A articulação interna ocorre entre os diferentes setores econômicos internos, e suas distintas formas de produção e, por conseguinte, de exploração do trabalho, que implicam em formas relativas de subdesenvolvimento. A articulação externa é entre a economia brasileira, e particularmente alguns setores desta, e as economias centrais, o que supõe certas modalidades de dependência.

Assim surge o novo perfil do trabalhador criado agora pelas novas demandas do mercado, nesse contexto a educação como um todo, e inevitavelmente a educação do campo, passa a ser vista como um dos pilares para a formação da mão de obra qualificada e, conseqüentemente, para a inserção do país no mundo globalizado.

Nesse cenário emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como uma entidade que procura, dentro dos seus princípios educacionais, ao mesmo tempo em que preparar o educando para essa nova realidade socioeconômica, também fazê-lo entender que à educação está vinculada principalmente à formação cidadã humanística e emancipatória com forte cunho político/coletivo de desejo de mudança social.

MST, HISTÓRICO E PRINCÍPIOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A história do MST começa na década de 1980, após a crise do capitalismo nos anos 1970, quando o Brasil ainda vivia sob a direção de um governo militar, autoritário e repressor, período no qual não existiam liberdades políticas. Foi nesse cenário que operários e trabalhadores urbanos, indígenas e camponeses sem-terra, no campo e na cidade eclodiram de todos os cantos do país em novas organizações populares, foi quando surgiram os Movimentos Sociais. O Estado, outrora repressor, vê-se obrigado agora, frente ao enorme clamor popular, a ceder suas bases em prol da abertura política, e o povo brasileiro “força” as Forças Armadas a saírem do poder por meio da campanha das “diretas já”. (KOTSCH, 1984).

Na obra “Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas” o jornalista e escritor Ricardo Kotsch (1984) destaca que foram aprovadas as eleições indiretas, nas quais foi eleito pelo Congresso como novo Presidente da República o ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Contudo este nem chegou a assumir falecendo antes da posse, deixando o cargo da presidência da República para José Sarney, que ao lado do então Presidente do Congresso Nacional, Ulisses Guimarães comandou a verdadeira transição democrática com a formação da Assembléia Constituinte, a elaboração e a promulgação da Constituição de 1988, culminando nas eleições diretas para presidência da República em 1989. Nesse cenário de ebulição política, que se consolidam os Movimentos Sociais como o MST, segundo a autora Clarice Aparecida dos Santos (2012, p. 20):

Os movimentos sociais constituem-se, dessa forma, em um aperfeiçoamento da consciência da sociedade em relação aos direitos, uma vez que concretizam, na forma de organização social, a elevação da consciência individual para a consciência coletiva, a elevação do nível cultural dos cidadãos e cidadãs, na medida em superam a busca isolada pelas soluções de seus problemas imediatos e ascendem à busca coletiva.

Nesse contexto, de união coletiva e social, surge o MST, no seio da luta por liberdade e igualdade, quando da ebulição popular pré-queda do último presidente militar, General João Baptista Figueiredo, e da posse de Sarney, nesse entretempo, a população do campo volta a se organizar e nasce em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (MST, 1996).

Sob o conhecido lema: “ocupar, resistir e produzir”, os trabalhadores sem-terra passam a romper, literalmente, por meio das ocupações de terra, as “cercas dos latifúndios” Brasil afora. A luta pela reforma agrária é retomada com muita força na agenda política do país por causa de movimentos sociais. Para sermos mais precisos, o Movimento dos Sem-Terra “nasceu oficialmente” em janeiro de 1984, em Cascavel onde aconteceu o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, evento esse, realizado no Estado do Paraná que marca a fundação do MST. Naquela reunião, foi estabelecido um conjunto de objetivos comuns ao Movimento, que guiam desde então as diversas ações e instâncias da organização e têm sobretudo,

uma influência ideológica e significativa também sobre as experiências econômicas individuais/associativas desenvolvidas por cada família assentada. (MST, 1996).

O MST é pioneiro no Brasil no sentido de fundar uma forma de organização de caráter estritamente popular e democrático, baseada em quatro pilares fundamentais: direção coletiva, unidade, vínculo com a base e estudo e trabalho. (MST, 1996). Essa configuração torna o movimento uma referência nacional de luta política/social pela terra, confrontando de forma aberta e direta as forças dominantes representadas pelo agronegócio e seus enormes latifúndios, que em alguns casos são obsoletos e improdutivos. O Movimento usa como estratégia a ocupação de terras improdutivas para reforma agrária, pois acredita que a mesma somente terá sucesso quando houver a democratização dos direitos humanos para amenizar a exploração entre as classes, pois nem sempre o direito à educação, saúde, transporte, moradia e alimentação são efetivados para as pessoas camponesas.

O Movimento tem como foco constituinte básico da sua organização o trabalhador do campo, e sua luta pela reforma agrária, trazendo à tona discussões político-econômicas que há muitas décadas permeiam o cenário nacional. Da desigualdade com as terras, desde sempre, uns têm muito e outros pouco ou quase nada, concentrando o poder do capital nas mãos de uma minoria abastada que explora economicamente uma imensa maioria de miseráveis. O MST tem como objetivo lutar para que as terras estejam a serviço das pessoas que moram no campo, para que possam tirar seu sustento de sua própria terra, onde todos tenham os mesmos direitos, sejam eles sociais, culturais ou econômicos.

Neste debate, incorporando a luta por uma educação de qualidade social, que entra o conceito de educação do MST. O movimento acredita que os conhecimentos são produzidos socialmente, e por isso incorporam interesses sociais e posições políticas. A história do Brasil, por exemplo, tanto pode ser estudada do ponto de vista dos grupos dominantes como dos grupos dominados. Os sem terra associam e se identificam com os trabalhadores dos grupos dominados, por isso optam por estudar a história a partir desse ponto de vista, do oprimido (MST, 1996). Quando falamos sobre a Educação do Campo e os Movimentos Sociais, destacamos autores como Souza & Santos (2007) que entendem que, quando os movimentos sociais e o processo escolar têm uma aproximação, acontece a construção de uma escola realmente “politizada”, e quando a escola participa da “politização” da comunidade, ela ajuda a trazer uma melhoria para dentro de si mesma. Nesse sentido, movimentos como o MST pregam a participação da comunidade na escola, para construírem juntos a realidade escolar: Para a construção de escolas públicas e gratuitas, os princípios educacionais do MST propõem a participação da comunidade nos assuntos escolares, tanto referentes ao ensino, como a administração; viabilização a “ocupação” da escola que é entendida como o ato de reconhecimento do exercício da cidadania, criando a consciência nos indivíduos daquilo que é público. (SOUZA; SANTOS, 2007, p. 217).

Para que haja democracia nas escolas, falando especificamente do MST, a organização acredita que, é necessário existir um trabalho coletivo, em que todos possam participar para a melhoria do currículo das escolas do campo.

A luta dos movimentos sociais e sindicais do campo para conquistar essas políticas fez também avançar o imaginário social dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento, e principalmente, contribuiu para que eles próprios se conscientizassem de que são titulares do direito a educação. (MOLINA, 2004, p.317)

Nesse sentido, dentro dos princípios educacionais dos Movimentos Sociais, passou-se a dar mais importância às necessidades dessa gente, valorizando suas especificidades, seus costumes e sua identidade, a sua própria cultura passa a ser o ponto de partida das ações. Ações essas que se refletem nas práticas pedagógicas, explicitando que eles precisam de uma educação que atenda as suas necessidades enquanto camponeses. O desafio é adaptar as especificidades da educação do campo com as necessidades do capital. (SANTOS, 2012). O meio rural possui singularidades gerais mas com características específicas que se voltam às pessoas e famílias que vivem no campo, e que encaram as dificuldades ao seu redor, principalmente no que tange aos aspectos educacionais. Partindo desta realidade os movimentos sociais que lutam pelas políticas públicas, compreendem que o sujeito do campo, deve antes de tudo, ser o principal componente na construção do currículo para a escola do e no campo. Portanto, corroborando com o pensamento de Clarice Santos (2012), concebe-se que o processo de idealização curricular deve compreender níveis aceitáveis de heterogeneidades específicas, envolvendo um conjunto harmônico entre os sujeitos participantes deste processo, e deve ser realizado democraticamente. A conjuntura na qual surge a Educação do Campo é oriunda, concomitantemente, às propostas de reforma agrária, trazendo para este palco as experiências já vivenciadas pelos Movimentos Sociais como o MST, ao apresentar propostas pedagógicas de educação no campo.

CONTEXTO NEOLIBERAL E A REFORMA DO ESTADO DE 1995

A partir da década de 1990, com o contexto mundial da queda do Socialismo Soviético e a ascensão do neoliberalismo, a educação brasileira, e especificamente a Educação do Campo iniciaram uma articulação com a formação de espaços que se destinavam a debates populares sobre questões que emergiam neste novo cenário (LEHER, 2004). Com o intuito de sugerir um pensar na educação do povo camponês partindo do seu meio social, político e econômico, assim como, suas concepções, o Movimento dos Sem Terra realizou em Porto Alegre um evento que representou o nascimento do movimento “Por uma educação do campo”, que aprofundou a discussão por políticas públicas relacionadas intimamente ao meio rural popular, desse evento surgiram os: “*Princípios da educação no MST*”. (MST, 1996).

Com o advento da globalização e a consolidação da ordem capitalista, o Brasil passou por inúmeras transformações sócio-econômicas decorrentes das exigências do novo contexto neoliberal (CASTANHO, 2010). Como não poderia deixar de ser, essas transformações não apenas refletem, mas colocam a educação, principalmente a educação do campo, a serviço da reestruturação produtiva e Reforma da agroindústria do país, a qual vem acarretando novas feições a educação brasileira, concretizadas por meio da Reforma do Estado e da promulgação da LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

A ânsia de tornar o Brasil um país moderno e inseri-lo no mundo globalizado, fez com que as elites buscassem medidas paliativas para o “atraso” do país, sem combater as causas do problema (HADDAD, 2008). A tendência à privatização de setores públicos coloca-se como uma dessas medidas, sem compromisso com o social, apenas em fazer valer a ideologia da camada dominante, colocada como evidências auto axiomáticas, fazendo com que instituições públicas como a escola, percam o seu papel social de produtora e disseminadora do conhecimento tornando-se um mero local de reprodução de técnicas profissionais para formar a mão de obra que irá ser a força motora que faz girar o mercado capitalista globalizado. (CHAUÍ, 2002).

A fim de modernizar o país, a Reforma do Estado brasileiro de Bresser Pereira (BRASIL, 1995), seguindo os pressupostos ideológicos do mercado internacional, propôs a racionalização das atividades estatais e, conseqüentemente, a redução do espaço público democrático, inclusive no campo dos direitos sociais conquistados. Podemos citar como exemplo o que acontece com a educação que, no setor de prestação de serviços, vem perdendo a sua função primordial de atender as necessidades da comunidade. O Estado passou a promover uma “minimização” de suas atribuições por meio da terceirização de serviços básicos como administração, logística e até mesmo a docência. Nesse sentido, desde a educação infantil até a graduação o que vemos são educadores com contrários temporários e precários, impossibilitando funcionários da educação de constituírem uma carreira estável dentro do setor público com direito a aperfeiçoamento profissional. O fato é que esse encolhimento das funções sociais do Estado abrange apenas os setores estratégicos para o capital. Santos (2012, p.8) destaca que “[...] não se trata do estado minimizado simplesmente. Trata-se do Estado minimizado para algumas áreas das políticas públicas, especialmente aquelas cujos beneficiários são as classes trabalhadoras que dela necessitam”.

Esse “enxugamento” do Estado foi promovido pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que apesar de possuir uma formação acadêmica marxista, na política, coligou-se aos liberais, seguindo à risca as determinações político-econômicas dos organismos internacionais como Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário Internacional. Isso resultou em um pseudo desenvolvimento econômico que não se traduziu em desenvolvimento social (HADDAD, 2008). Segundo críticos políticos e autores, nesse período aumentaram as desigualdades sociais, porque o capital acumulado não retornou em investimentos estruturais necessários ao

Brasil. (LEHER, 2004). Em geral, as nações desenvolvidas exportam suas tecnologias para os países pobres se modernizarem, eles não “transferem” as tecnologias, eles as vendem. Conforme Francisco Oliveira (2003, p.139) analisa em “O ornitorrinco”:

Do ponto de vista da acumulação do capital, isso tem fundas consequências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica; uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela (...) o que reitera os mecanismos de dependência externa.

Nesse sentido, eles não levam em consideração que as nações em desenvolvimento ainda não alcançaram o patamar de desenvolver essas tecnologias, e nem de administrá-las ou utilizá-las, ficando por vezes como “tecnologia obsoleta” em países como o nosso. Assim, inspirados na concepção neoliberal de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que ditaram as regras e as políticas inclusive da educação, países como o Brasil não tem alcançado a “modernidade” idealizada pelos capitalistas. Ao invés disso, segundo autores como Leher (2004), o que vemos é que as políticas econômicas neoliberais apenas vêm acentuando de forma drástica as desigualdades sociais e garantido o andamento do sistema econômico capitalista. Esse sistema visa o desenvolvimento econômico, como o acúmulo do capital, mas não se preocupa muito (ou nem um pouco) com o desenvolvimento social e a distribuição dessa riqueza produzida. (LEHER, 2004). O sistema faz isso por meio de ideias de autonomia e flexibilização ligadas apenas ao gerenciamento empresarial da instituição, com a finalidade de cumprir metas e alcançar indicadores impostos pelos contratos de gestão, por meio da captação de recursos através de parcerias com empresas privadas.

Nessa sentido, a qualidade fica em segundo plano, na medida que é definida por critérios quantitativos de tempo, custo e benefício, podemos considerar que é a “taylorização” da educação, é o *just in time* na educação, ou seja otimização do tempo, do espaço e das atividades. Dessa forma, a educação brasileira passa a ser caracterizada, não mais como uma instituição social, construída e consagrada ao longo do tempo como um lugar privilegiado para a formação, reflexão, criação e crítica, que tem a democracia e a sociedade como referencia normativa e valorativa, mas sim como uma organização social que é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, tendo apenas a si como referencia, num processo de competição com outras, em busca de objetivos particulares e não de interesse universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) veio ocupando um lugar de destaque no cenário nacional desde os anos de 1980 quando eclodiram no Brasil as lutas populares pela democracia. A Reforma

Agrária, maior reivindicação popular ao lado da democracia, reivindicava direitos sociais como trabalho, educação e saúde. O MST destacou-se por pensar a educação como um meio de transformação social, baseada na cultura e na identidade de seu povo. Souza e Santos (2007) afirmam que a meta da educação do campo é a formação humana, vindo ao encontro da proposta do MST que é investir na formação dos sujeitos, porém essa educação deve ser ofertada gratuitamente e deve ser de qualidade apostando sempre numa boa formação dos educadores para que essa prática aconteça.

A educação do campo antes de qualquer coisa é pensada numa educação baseada na cultura do povo, onde devem ser realizadas práticas para utilizar no dia a dia no campo, avaliando sempre as peculiaridades do espaço em que estão inseridos. A Escola do Campo deve buscar desenvolver pesquisadores da realidade, baseada sempre na cultura camponesa, o conhecimento dos indivíduos inseridos na educação deve ser levado em conta sempre, para isso é necessário os educadores buscarem sempre um modelo de educação que atenda a essa demanda educacional, levando em consideração que o profissional deve receber uma formação mais ampliada para poder atuar nessa área, nesse sentido, Mônica Castagna Molina (2004, p. 250) afirma que:

A formação do educador do campo, portanto, é uma diretriz que delinea e sugere comportamentos de reflexão e mudanças quanto aos conceitos sobre as identidades das pessoas que vivem no campo, com suas raízes culturais e a construção de novos processos educativos que são originados pelos movimentos sociais.

Em sua argumentação, a autora evidencia que a educação do campo procura superar o “atraso”, deixando bem claro que, quem deve estar preparado para mudanças é o educador. Sabemos que a educação foi negada as camadas mais pobres, e os moradores do campo foram os mais atingidos por estarem longe dos centros urbanos. Devido a lutas dos movimentos sociais a educação do campo foi ganhando espaço, pois o campo deve ter uma educação que contemple as necessidades locais e que possa contribuir na formação da identidade do indivíduo camponês.

É necessário que o educador conheça e tenha formação que atenda as reais necessidades do povo camponês, pois só assim estará preparado para adentrar na realidade em que se encontram seus educandos. Ao refletirmos sobre as questões que alicerçam esse artigo e aos objetivos estabelecidos, procuramos compreender no decorrer da revisão bibliográfica um pouco da história do MST, bem como os princípios educacionais da organização em relação à globalização capitalista a partir da Reforma do Estado da década de 1990. As indagações propostas nesse artigo emergem em um cenário envolto por conflitos sociais e econômicos que partem do sistema capitalista internacional contrapondo-se as lutas de um projeto social que o MST busca desenvolver enquanto organização contra-hegemônica. Neste sentido, ao conhecermos ao menos um pouco dos princípios educativos dos movimentos sociais, em especial o MST, entendemos um pouco que suas práticas pedagógicas, enquanto Educação do Campo, estão inserida em um contexto permeado por lutas entre um modelo vigente

de sociedade capitalista dominante, representado pela agroindústria e as concepções sociais de luta de classes constituídas no interior do Movimento dos Sem Terra.

Fazendo uma análise desse cenário, nos parece nítida a carência de implementação de políticas públicas efetivas para a educação do campo, a falta de sensibilidade dos poderes públicos perante essa modalidade é notória. Negligenciam de maneira dissimulada essa modalidade de ensino, existe uma desatenção com os sujeitos do campo, a sociedade como um todo omite-se em relação as responsabilizações que competem aos Estados e Municípios. Somente os próprios movimentos sociais é que alarmam essa situação e alguns pensadores do meio acadêmico que também trazem a tona essa problemática, pois:

Não há para o capital, necessidade de escolas e professores com alto grau de formação no campo. Uma classe trabalhadora desqualificada para um trabalho desqualificado é a necessidade atual de acumulação de capital no campo, nos seus diferentes segmentos produtivos e especialmente, no contexto atual, das quatro cadeias produtivas – cana, soja, agropecuária e celulose. (SANTOS, 2012, p. 24).

Consideramos, portanto, que a educação do campo ainda não se consolidou totalmente enquanto sistema e modalidade de ensino, por conta desse pensamento oligárquico/burguês (FERNADES, 1975) de exploração e subordinação do proletariado camponês frente a dominação hegemônica capitalista:

O caráter explícito desta subordinação é de uma clara diferenciação da educação ou formação humana para as classes dirigentes (prepara-se para governar) e a classe trabalhadora (prepara-se para as necessidades imediatas da produção). (SANTOS, 2012, p.22).

O Movimento forjado por meio de muita luta com a conquista dos primeiros assentamentos nos anos 80, a partir da década de 90, viu-se, enquanto organização social, diante do desafio de estabelecer novas relações educacionais e de produção frente à realidade da globalização e da Reforma do Estado. Era preciso resistir ao processo expropriador do modelo vigente de desenvolvimento econômico, contudo, ao mesmo tempo, a força de trabalho do sem terra precisava se adaptar as novas demandas tecnológicas de produção. Nesse sentido, o Movimento do Sem Terra não luta mais pela socialização da terra conforme as tradicionais teorias marxistas, o Movimento luta agora na verdade é pela “modernização” do capitalismo, no sentido de buscar uma re-distribuição de renda e contra o acúmulo do capital, na busca de igualdade e justiça social. É nesse contexto que o Movimento dos Sem Terra passa a discutir a cooperação agrícola como forma de resistência, no combate não só aos monopólios internacionais, mas também aos latifúndios dedicados a monocultura.

Os desafios enfrentados, as discussões, os embates e os estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura, dentro desse novo contexto capitalista, levaram os Movimentos Sociais, em especial o MST, a uma nova construção da realidade, nela, as

organizações sociais resistem, por meio de programas como Escola do Campo Itinerante e Agricultura Familiar (MST, 1996). Projetos como esses, que a princípio tem caráter simples e abrangência restrita, são exemplos de focos de resistência do proletariado camponês frente ao capitalismo selvagem dos monopólios industriais e das oligarquias latifundiárias monoculturistas nesse contexto sócio-econômico globalizado.

Mais específica, valorizando a vivência local, ou mais singular trazendo elementos universais, o que podemos concluir é que a formação (educação) dentro dos movimentos sociais, a partir dos anos 90, em especial no MST, é pautada fundamentalmente no trabalho, ou seja, a formação humana é socialmente construída por uma educação ideológica pautada nas relações de trabalho. É no trabalho social na terra, em uma tentativa de articulação entre o específico e o universal, que acontece a educação do MST, sob o conhecido lema: ocupar, produzir e resistir!

PRESTES, Rodrigo Evaristo. Field of Education and Social Movements in the Context Neo-Liberal Post 1995 State Reform. *Educação em Revista*, Marília, v. 17, n.2, p. 85-96, Jul.-Dez. 2016.

ABSTRACT: This article presents a reflection on the Rural Education of concepts from the perspective of social movements, especially the educational policies and practices linked to the Landless Workers' Movement - MST. The theoretical and methodological framework included the literature review and analysis of works of researchers who discuss the Rural Education, within a historical briefing from the State Reform of 1995. As a result, it was observed an "adaptation" of this type of education and their educational and social practices within the neoliberal context that settled in the globalized world from the year 1990. It was concluded that the new demands of foreign capital influenced the education field within the social movements in relation to the new economic reality globalized that presented itself.

KEYWORDS: Education field. Neo-liberal. State reform.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luis (org). *Educação no campo – recortes no tempo e no espaço*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB (Lei no 9394/96)*. Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995
- CASTANHO, Sérgio. Globalização, Redefinição do Estado Nacional e seus Impactos. In: LOMBRADI, J.C. (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Editora: Autores Associados, São Paulo, 2010. p. 13-37.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 71, p. 173-228, maio/ago. 2007.
- FERNADES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.
- HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LEHER, Roberto. Reforma do Estado: O privado contra o público. *Rev. Educação, Saúde e Trabalho*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 27-51, set., 2003.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Princípios da educação no MST*. São Paulo: Caderno de Educação 8, 1996.
- MOLINA, Mônica C. (Orgs.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, Clarice. Aparecida. *Educação no campo e políticas públicas no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais do campo na Instituição de políticas públicas e a licenciatura de educação no campo da UNB*. Brasília: Líber Livro, Faculdade de Educação da UNB, 2012.
- SOUZA, M. A.; SANTOS, F. H. T. Educação do Campo e MST. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 10, p. 211-226, set./dez., 2007.

Recebido em: 09/01/2015

Aprovado em: 20/06/2016

